

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Taxa sobre lucro de estatal pode bancar despesas fora do teto..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf afasta acusação de fraude pela Receita e derruba cobrança de IR..... 6

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Competitividade é agenda crítica para o próximo governo (Editorial)..... 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Governo deixa 700 mil famílias na extrema pobreza sem Auxílio Brasil..... 8

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: como bloquear ou desbloquear benefício para empréstimo consignado..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

De olho no próximo governo..... 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

PF mira 8 suspeitos; 3 estão presos..... 15

O GLOBO - ON LINE - RJ - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Petroleiras e especialistas criticam plano do Centrão de taxar exportação de petróleo
..... 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

STJ mantém veto a shows..... 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Associação de petróleo diz ser contra Imposto de Exportação..... 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Juro para financiar imóvel sobe 20% em dois anos e pesa no valor final..... 20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Precatórios têm tudo para se tornarem um novo Tesouro Direto..... 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Pressão sobre a Petrobras..... 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Renda fixa cada vez mais atrativa..... 26

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

Câmara discute política de preços da Petrobras	29
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Tombo das criptomoedas é alerta para os investidores brasileiros	31
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Mercado eleva projeção da Selic para 13,75%	33
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Após 7 altas, poupança das famílias cai no 1º tri	34
FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
Bolsonaro amplia gasto com cartão corporativo às vésperas da eleição	35
O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS POLÍTICA	
Bolsonaro acumula contradições em três anos e meio de governo; veja a lista	38

Taxa sobre lucro de estatal pode bancar despesas fora do teto



Petrobras anunciou reajuste de combustíveis na sexta, o que fez o governo abrir guerra contra a empresa. Ueslei Marcelino/Reuters

IdianaTomazelli

A intenção de taxar os lucros extraordinários da Petrobras, na esteira da alta nos preços do petróleo e de combustíveis, deve vir acompanhada de uma autorização para que as despesas financiadas com essas receitas fiquem fora do teto de gastos -regra fiscal que limita o avanço das despesas à **inflação**.

A medida deve ser um dos pontos de discussão na reunião de líderes convocada para esta segunda-feira (20) pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

A combinação das iniciativas também está no radar de integrantes do Senado, onde já tramita uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que busca destravar um repasse de R\$ 29,6 bilhões fora do teto de gastos para subsidiar a redução de **tributos** estaduais sobre diesel, gás e etanol.

Segundo integrantes do Congresso e lideranças políticas, a PEC em tramitação pode ser modificada para incluir mais essa autorização. Um parlamentar afirma reservadamente que "há muita pressão nesse sentido."

A política exata que seria bancada com esses recursos, porém, ainda está em discussão. São citados nos bastidores auxílio para caminhoneiros, taxistas e motoristas de app, além de um possível aumento no Auxílio Gás, subsídio para a compra de botijão por famílias de baixa renda.

O tema também deve ser levado ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que defendeu

na sexta o uso do lucro da Petrobras para abastecer uma conta de estabilização de preços de combustíveis.

A forte alta do diesel e da gasolina é apontada como um obstáculo à reeleição do presidente Jair Bolsonaro (PL) e também preocupa seus aliados no Congresso, muitos dos quais buscarão a renovação do mandato este ano. Isso explica a determinação dos parlamentares em exibir aos eleitores alguma reação.

Os instantes que sucederam o anúncio oficial do novo reajuste pela Petrobras foram de intensa movimentação nos gabinetes do governo em Brasília, apesar do ponto facultativo em decorrência do feriado de Corpus Christi. Técnicos foram convocados de última hora para trabalhar em possíveis medidas para conter o impacto dos reajustes.

Uma das frentes envolve justamente a taxação dos lucros extraordinários da Petrobras, defendida publicamente na sexta por Lira, que chegou a falar em dobrar a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). A Petrobras paga hoje a alíquota geral do tributo, que é de 9%.

A **Receita Federal** já está em prontidão para analisar a viabilidade da medida e estimar quanto seria arrecadado com eventual elevação da alíquota.

Segundo fontes ouvidas pela Folha, a medida considerada mais viável é a elevação da CSLL para empresas do setor de óleo e gás em geral, uma vez que não seria possível particularizar a cobrança extra sobre uma empresa. Modelo semelhante é adotado para bancos e instituições financeiras.

Seria inédita a previsão de uma tributação maior a partir de determinado preço de petróleo ou nível de lucro. Por Isso, técnicos avaliam ser mais provável uma elevação da alíquota da CSLL para o setor.

Governo avalia converter ações para privatizar Petrobras

Integrantes do governo Jair Bolsonaro (PL) trabalham em uma minuta de projeto de lei para tentar avançar na discussão da privatização da Petrobras. A avaliação entre defensores da medida é que os aumentos anunciados pela empresa estão criando um

ambiente político favorável ao tema no Legislativo. O envio do projeto também poderia alimentar o discurso do governo de que está agindo para solucionar o problema.

Segundo pessoas do governo ouvidas pela Folha, um dos modelos analisados para a operação é a conversão de ações preferenciais da companhia (priorizadas na distribuição de dividendos, mas sem direito a voto) em ações ordinárias (com direito a voto).

Apenas essa transação já seria suficiente para diluir a participação da União na empresa. Com isso, o controle da companhia passaria para as mãos da iniciativa privada.

Para isso, o aval do Congresso é necessário porque a Lei do Petróleo, de 1997, proíbe o governo de se desfazer do controle sobre a Petrobras. Há quem veja dificuldades de do Legislativo conseguir avançar em um tema tão polêmico em ano eleitoral.

A empresa foi incluída no PPI (Programa de Parceria de Investimentos) pelo governo no início de junho, após o novo ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, prometer, em seu primeiro discurso, a realização de estudos para a privatização da companhia.

A conversão das ações é considerada a principal opção para a proposta avançar, mas ainda não houve uma decisão final. Outras alternativas seriam a União vender parte de suas ações ordinárias, ou ainda realizar uma capitalização, com emissão de novas ações, a exemplo do que foi feito no caso da Eletrobras.

Qualquer modelo precisará passar pelo crivo das áreas jurídicas do governo e do Tribunal de Contas da União.

Além do projeto de lei autorizando a conversão das ações, a medida também demandaria uma mudança no estatuto da Petrobras. Tanto a Lei do Petróleo como o estatuto dispõem sobre a divisão do capital social em ações ordinárias e preferenciais.

A Petrobras tem hoje 13 milhões de ações negociadas em mercado, sendo 7,4 milhões ordinárias e 5,6 milhões preferenciais.

No caso das ações com direito a voto, a União tem o controle, com 50,26% de participação. Já nas preferenciais, a fatia do governo é menor, de 18,48% - essas ações estão na carteira do BNDES. Com isso, a parcela da União no capital total da empresa é de 36,61%, o que ilustra a perda de controle em caso de uma conversão integral das ações.

Segundo uma das fontes ouvidas, o projeto de lei em elaboração no governo também deve trazer alguns antídotos para que a operação não signifique uma mera troca do controle estatal por um monopólio privado.

Os detalhes dessas medidas ainda estão em discussão entre os técnicos, mas o diagnóstico é que a Petrobras é praticamente monopolista no mercado de refino, prejudicando a concorrência e permitindo a prática de preços mais elevados na venda de combustíveis.

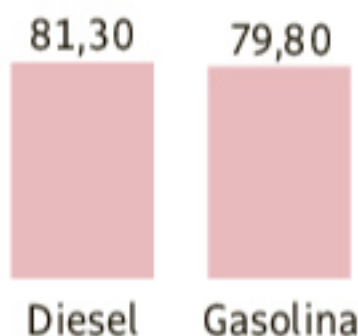
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49948>

O mercado de diesel e gasolina no Brasil

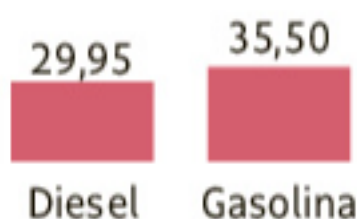
Petrobras domina mercado de diesel e gasolina

Participação no total de vendas, em %



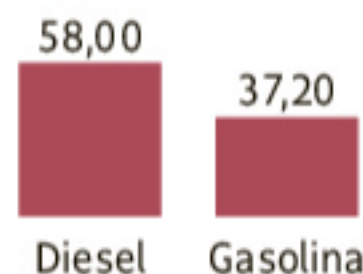
Produção de combustível é menor do que vendas

% das vendas além da produção nacional



Quanto o país consome de gasolina e diesel

Em bilhões de litros, nos últimos 12 meses



Fontes: IPCA do IBGE; ANP; dados da ANP, para o 1º.tri.2022; Elaboração: Vinicius Torres Freire: % de vendas domésticas que não são atendidas pela produção nacional, em cada mês, na média dos últimos 12 meses

Carf afasta acusação de fraude pela Receita e derruba cobrança de IR

Bárbara Pombo De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187248

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187248

Competitividade é agenda crítica para o próximo governo (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo deixa 700 mil famílias na extrema pobreza sem Auxílio Brasil

Idiana Tomazelli e Thiago Resende

Preocupado com o impacto da **inflação** na campanha eleitoral, o presidente Jair Bolsonaro (PL) deu aval ao uso de até R\$ 46,4 bilhões em recursos públicos para subsidiar combustíveis, enquanto o governo mantém 699,3 mil famílias em situação de extrema pobreza na fila de espera do programa Auxílio Brasil.

Essas famílias sobrevivem hoje com renda mensal de até R\$ 105 por pessoa, no momento em que a **inflação** está elevada e o mercado de trabalho ainda não se recuperou de forma vigorosa.

Outras 65,2 mil famílias em situação de pobreza, com renda mensal de R\$ 105,01 a R\$ 210 por pessoa, também estão habilitadas ao programa, mas não tiveram o benefício concedido pelo governo. São domicílios com gestantes, nutrizes ou ao menos uma criança ou jovem de até 21 anos.

Ao todo, a fila reconhecida pelo Ministério da Cidadania era de 764,5 mil famílias em maio de 2022, segundo dados da pasta obtidos pela Folha por meio da Lei de Acesso à Informação.

Especialistas avaliam que o estoque de pedidos represados deve crescer nos próximos meses, uma vez que a perda do emprego e o encarecimento de produtos, sobretudo alimentos, têm ampliado o número de famílias que precisam de ajuda para suprir necessidades básicas.

No mês passado, o programa -criado no lugar do Bolsa Família para ser a vitrine social de Bolsonaro- pagou um benefício médio de R\$ 409,51.

Considerando esse valor e o número de famílias habilitadas, mas à espera do benefício, o custo de zerar a fila atual seria de R\$ 1,88 bilhão até o fim de 2022, ou R\$3,76 bilhões em um ano cheio.

O valor demandado em um ano cheio representaria apenas 8,1% do custo do pacote focado em combustíveis, anunciado em 6 de junho pelo próprio presidente e seus ministros em coletiva no Palácio do Planalto.

Para a socióloga Leticia Bartholo, que foi secretária nacional adjunta de Renda de Cidadania de 2012 a

2016, a priorização das medidas de redução do preço de combustíveis "demonstra claramente que o combate à pobreza não é prioridade deste governo".

Ela defende a retomada da discussão sobre transformar o benefício do programa em um direito da família que preencha os requisitos, o que levaria à extinção das filas de espera. Nesse caso, a transferência de renda se tornaria obrigatória -a exemplo do que ocorre quando um segurado do **INSS** preenche os requisitos da aposentadoria.

"Isso seria um benefício imenso para as famílias em situação de penúria e miséria que amargam meses de espera pelo benefício", diz Bartholo.

O presidente da Rede Brasileira de Renda Básica, Leandro Ferreira, também critica a escolha do governo. "O gasto com programa de transferência de renda é focalizado nos mais pobres. Já o gasto com gasolina é regressivo na medida em que beneficia quem usa mais gasolina. São os proprietários de automóveis, pessoas que se deslocam com veículo particular", afirma.

Os dados do governo mostram que a fila do Auxílio Brasil ficou zerada apenas em janeiro e fevereiro. Já em março, 100 mil famílias tiveram o cadastro aprovado, mas não receberam o benefício. Esse número subiu para 400 mil em abril e saltou para 764 mil famílias em maio.

A tendência é que a lista de espera continue aumentando nos próximos meses. Na avaliação de Bartholo, o tamanho do programa é inadequado diante da atual situação econômica e social do país. "Se a gente não conseguir voltar aos trilhos de recuperação econômica, com recolocação das pessoas no mercado de trabalho, e reduzir a **inflação**, estaremos criando um problema maior, porque as pessoas vão continuar necessitando cada vez mais do programa", diz.

Por outro lado, há um segundo ponto de represamento: a rede de Cras (Centro de Referência da Assistência Social), que operacionaliza os registros no Cadastro Único de programas sociais.

Muitas famílias não estão conseguindo atendimento nos Cras para fazer o primeiro pedido ou fazer a atualização do cadastro, um dos requisitos para ter o

benefício concedido. A situação tem sido chamada de "fila da fila".

A diarista Ana Paula Souza Borges, 55, chegou a dormir por vários dias em um posto do Cras em Niterói (RJ) para tentar uma senha que lhe permitiria agendar o atendimento e atualizar o Cadastro Único.

Apesar da insistência, ela só conseguiu ser atendida no mês de abril, após se mudar para a cidade de São Pedro da Aldeia (RJ). Mesmo com o cadastro atualizado, até hoje ela não conseguiu receber o benefício.

"Hoje estou sem trabalho. Não tenho carteira assinada. Não tenho casa própria. Vivo de favores e vendo alguns salgadinhos na rua para sobreviver", afirma.

Mãe de filhas gêmeas de 14 anos, Borges chegou a receber o Bolsa Família entre 2009 e 2016. Durante a pandemia, recorreu ao Auxílio Emergencial e, agora, sem trabalho como diarista, tenta entrar no programa de transferência de renda lançado por Bolsonaro.

O governo alega que a concessão dos benefícios para famílias que estão na fila depende de "disponibilidade orçamentária". O Orçamento reserva hoje R\$ 89 bilhões ao Auxílio Brasil, mas esses recursos já estão comprometidos com o pagamento a mais de 18 milhões de famílias contempladas pelo programa.

Site:

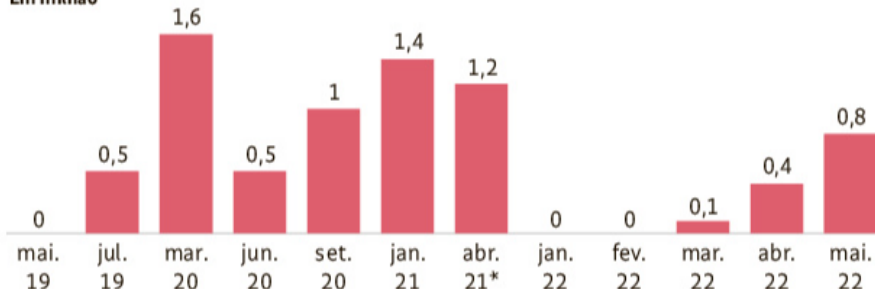
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

48

Fila de espera do Bolsa Família e do Auxílio Brasil

Número de famílias

Em milhão



Composição da fila em maio de 2022

Número de famílias, em milhares

699,3

65,2

Extrema pobreza

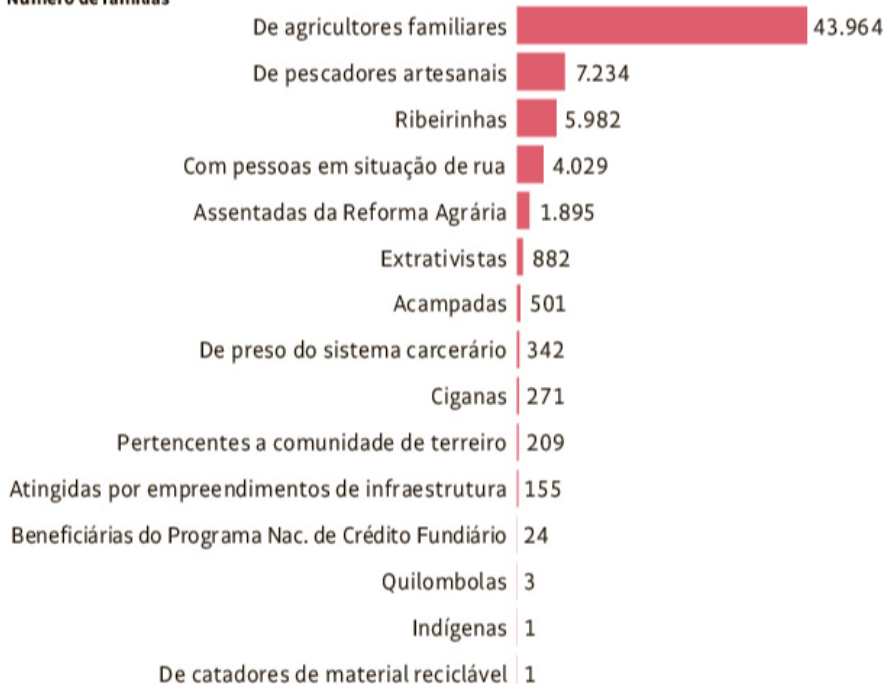
(renda de até R\$ 105 mensais por pessoa)

Pobreza

(renda entre R\$ 105,01 e R\$ 210 mensais por pessoa)

Grupos populacionais tradicionais e específicos

Número de famílias



764.473 é o número de famílias habilitadas ao Auxílio Brasil, mas que não receberam o benefício em mai.2022



R\$ 409,51 é o valor do benefício médio pago às famílias em mai.2022



R\$ 3,76 bilhões seria o valor anual aproximado para incluir as pessoas que hoje estão na fila do Auxílio Brasil; para os seis meses restantes de 2022, valor seria de R\$ 1,88 bilhão



R\$ 46,4 bilhões é o custo do novo pacote para reduzir tributos sobre combustíveis, incluindo a gasolina

*Número seguiu inalterado enquanto houve pagamento do auxílio emergencial ao longo de 2021
Fontes: Ministérios da Cidadania e da Economia

INSS: como bloquear ou desbloquear benefício para empréstimo consignado

Por Renata Baptista, g1

INSS permite que aposentados e pensionistas possam bloquear ou desbloquear seus benefícios para a realização de empréstimos. - Foto: Depositphotos

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) disponibiliza um serviço que permite que aposentados e pensionistas possam bloquear ou desbloquear seus benefícios para a realização de empréstimos consignados.

INSS: como consultar benefícios sem precisar ir a uma agência Empréstimo consignado: margem volta a subir para 40% para beneficiários do **INSS**

De acordo com o instituto, a solicitação pode ser realizada pela internet, sem a necessidade de ida a uma agência do **INSS**.

Quem pode utilizar o serviço

Pode bloquear ou desbloquear o benefício para empréstimo o titular da aposentadoria ou pensão ou ser representante legal da pessoa titular do benefício (que possua termo de representação legal).

O procurador não pode solicitar este serviço. Sendo assim, não é possível realizar empréstimo consignado em benefício que tenha procurador cadastrado.

Como fazer a solicitação

Siga o passo a passo:

Entre no Meu **INSS**, seja pelo site ou pelo aplicativo (disponível para Android e iOS); Clique em "Novo Pedido"; Digite o nome do serviço/benefício que você quer; Na lista, marque o nome do serviço/benefício; Leia o texto que aparece na tela e avance seguindo as instruções.

Documentação necessária

O número do CPF é obrigatório em todos os casos.

Se for procurador ou representante legal:

Procuração ou termo de representação legal (tutela, curatela, termo de guarda); Documento de identificação

com foto (RG, CNH ou CTPS) e CPF do procurador ou representante.

Para receber a resposta

O tempo médio para resposta é de cerca de 30 dias, de acordo com o **INSS**. Para acompanhar e receber a resposta do seu processo:

Acesse o Meu **INSS**; Clique em "Consultar Pedidos"; Encontre o processo na lista; Para ver mais detalhes, clique em Detalhar .

Recomendações do Banco Central antes de contratar um consignado

Não faça qualquer pagamento adiantado para obter o empréstimo; Pesquise e compare as taxas de juros e condições oferecidas por outros bancos. Em especial, repare no Custo Efetivo Total (CET), que resume o custo total da operação em percentual; Verifique se o banco está autorizado a funcionar pelo Banco Central e se tem convênio com sua fonte pagadora; por exemplo, no caso dos empréstimos consignados para aposentados e pensionistas do **INSS**, se a instituição está conveniada com o **INSS**; Nunca assine um contrato ou uma proposta de contrato em branco; Não aceite a intermediação de pessoas com promessas de acelerar o crédito; Não forneça o cartão magnético ou senha do banco a terceiros; Lembre-se de que esse tipo de operação representa dívidas que poderão afetar sua renda pessoal e familiar futura, em razão do desconto mensal com o pagamento do empréstimo; Caso queira fazer a transferência do contrato para outro banco, leia atentamente as informações sobre portabilidade de crédito.

Recomendações do **INSS**

Monitore os valores da aposentadoria e do empréstimo consignado no site Meu **INSS**. Não contrate empréstimos pelo telefone. Nunca dê seu CPF nem o número do cartão do **INSS** para quem quer que seja. Leia com atenção cada documento antes de assinar. Se algum dinheiro não esperado aparecer em sua conta, veja a origem e entre em contato com a instituição para devolver o valor recebido. O **INSS** não entra em contato por meio de mensagens de telefone ou aplicativos como WhatsApp, ligação ou e-mails para oferecer serviços de empréstimo consignado,

nem envia motoboys para a casa dos beneficiários. Não devem ser passados, em nenhuma hipótese, dados como senhas e dados bancários. As cláusulas desses acordos feitos entre o **INSS** e as instituições financeiras preveem que cabe aos bancos a adoção de cuidados para evitar o vazamento de dados, consignações fraudulentas e assédio comercial. Em caso de fraudes ou em que não reconheça o empréstimo, o segurado deve procurar imediatamente a instituição financeira e registrar também sua reclamação no Portal do Consumidor (consumidor.gov.br), para fins de tratamento e exclusão de descontos. O próprio beneficiário pode solicitar o bloqueio de contratação de operações de crédito consignado por meio do Meu **INSS**, site ou aplicativo ou pela Central 135, que funciona das 7h às 22h, de segunda a sábado. O atendimento deste serviço será realizado à distância, não sendo necessário o comparecimento presencial nas unidades do **INSS**. O segurado que se sentir ameaçado pode registrar reclamação na ouvidoria e um boletim de ocorrência na polícia.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/06/20/inss-como-bloquear-ou-desbloquear-beneficio-para-emprestimo-consignado.ghtml>

De olho no próximo governo



Fernanda StricklandRaphael Pati*

Com a confirmação de que os **servidores públicos** federais não terão reajuste salarial neste ano, as entidades representativas do funcionalismo voltam o foco para 2023 e para as mensagens dos diferentes candidatos à Presidência da República. Líderes de diversas carreiras são unânimes em afirmar que esperam do próximo governo mais diálogo com a categoria.

Na avaliação das lideranças, o presidente Jair Bolsonaro (PL), que é candidato à reeleição, frustrou a expectativa da maioria do funcionalismo. A relação do atual governo com os servidores foi marcada por contradições. Enquanto certas categorias tiveram ganhos substanciais, como os militares, outras enfrentaram seguidas perdas salariais. Agora, o presidente acena com reajuste para o próximo ano, caso seja reeleito.

O presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate), Rudinei Marques, pontua que os servidores esperam do próximo presidente a retomada das capacidades estatais, com a necessária valorização dos servidores e recomposição dos quadros de pessoal. "Hoje a União tem menos servidores civis ativos do que dispunha em 1991. No período, a população cresceu 40% e o quadro de pessoal encolheu de 650 para 570 mil", diz.

Segundo Marques, Bolsonaro será o único presidente da República, em 20 anos, a não conceder reajuste linear ao funcionalismo. "Na verdade, ele reduziu salários com a majoração de alíquotas previdenciárias", afirma. Para o sindicalista, o principal oponente de Bolsonaro, o ex-presidente Luiz Inácio

Lula da Silva (PT), tem um histórico de diálogo com os **servidores públicos**. "Repôs o quadro de pessoal da União, manteve mesas permanentes de negociação e concedeu reajustes", observa. De Ciro Gomes, ele diz que "haja vista estar em um partido trabalhista, esperamos um tratamento semelhante ao dos governos petistas".

Analista político da BMJ Consultoria, Nicholas Borges afirma que o PT deve continuar apostando no discurso de valorização real dos salários e da carreira pública, tanto que a revisão da reforma trabalhista é um ponto central da campanha de Lula, que descarta também a proposta de reforma administrativa proposta pelo atual governo.

"Já os candidatos da terceira via, como Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB) devem apostar no discurso de modernização das relações trabalhistas também para o setor público", explica Borges. "O PDT de Ciro Gomes cogita uma proposta para incluir os servidores nessa nova "CLT". A partir de julho, essas propostas terão mais notoriedade com a oficialização das candidaturas e divulgação dos possíveis planos de governo", diz o analista.

De acordo com Borges, Simone Tebet (MDB) deve apostar no discurso de uma reforma administrativa que não afete a estabilidade dos servidores. "Com isso, pode haver um ponto conector entre os demais presidencialistas: uma reforma administrativa que não afete a estabilidade do funcionalismo público, mas que tampouco prejudique os direitos já adquiridos pelos atuais servidores, com regras aplicáveis somente aos novos ingressantes", avalia.

Policiais frustrados

O presidente Jair Bolsonaro (PL) criou expectativa entre os servidores da Polícia Rodoviária Federal (PRF) ao prometer um reajuste diferenciado para os integrantes do órgão, mas acabou frustrando a categoria. "Desde 2019, ele vem dizendo isso publicamente, e nós acreditamos. Foi uma tremenda decepção, pois, ao que tudo indica, o presidente mentiu para a gente", diz o presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF), Dovercino Neto.

De acordo com Neto, uma das coisas que precisa ser melhorada é a interlocução com os policiais.

"Em momento algum nós fomos ouvidos, e isso é um

ponto fundamental, em nossa avaliação, no próximo governo. Que ele (Bolsonaro) ou o próximo governo possa voltar a dialogar conosco, e volte a haver democracia nessa relação entre o Estado e os policiais rodoviários federais, que hoje não existe", afirma.

A coordenadora da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário e Ministério Público da União (Fenajufe), Lucena Pacheco Martins, destaca que os servidores do Judiciário esperam em 2023, um presidente que fortaleça e invista no serviço público, com a retomada dos concursos para seleção de pessoal.

Para Fábio Faiad, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), que estão em greve desde o início de abril, a primeira coisa que precisa ser reivindicada é a abertura de uma mesa permanente de negociação entre a instituição e os servidores. A categoria pede reestruturação das carreiras e contratação de servidores.

"A maioria absoluta das carreiras está com vagas em excesso.

Queremos a retomada dos concursos e rediscutir as características singulares de cada carreira", salienta.

O presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate), Rudinei Marques, pontua que "foram tantas idas e vindas em seis meses de campanha salarial que as palavras de Bolsonaro, a essa altura, tem credibilidade zero com o funcionalismo. Agora resta esperar que um outro presidente seja mais sensível em relação às perdas salariais", frisa.

Bolsonaro, a essa altura, tem credibilidade zero com o funcionalismo.

Agora resta esperar que um outro presidente seja mais sensível em relação às perdas salariais"

Rudinei Marques, presidente do Fonacate

PF mira 8 suspeitos; 3 estão presos

Rafaela Gonçalves

Mais cinco pessoas foram identificadas por suposta participação na ocultação dos cadáveres do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips no Vale do Javari, no estado do Amazonas. Segundo o comitê de crise coordenado pela Polícia Federal do Amazonas, os suspeitos foram localizados e ouvidos pelos agentes que atuam na operação, mas estão respondendo em liberdade. Os nomes não foram divulgados, mas até o momento oito pessoas já têm envolvimento no caso. Os suspeitos devem ser indiciados pelo crime de ocultação de cadáver e vão responder às acusações em liberdade, devido ao crime prever uma pena inferior a quatro anos.

"As investigações continuam no sentido de esclarecer todas as circunstâncias, os motivos e os envolvidos no caso", disse em nota a PF. A corporação não informou a identidade dos suspeitos.

O delegado titular da 50ª Delegacia Interativa de Polícia (DIP) de Atalaia do Norte, Alex Perez, declarou também que os policiais estão trabalhando para identificar os suspeitos restantes.

Três dos suspeitos estão presos: Amarildo da Costa Oliveira, conhecido como "Pelado", Oseney da Costa Oliveira, o "Dos Santos", e Jeferson da Silva Lima, o "Pelado da Dinha". Segundo a polícia, Amarildo confessou ser o executor do crime e Oseney se reservou ao direito de permanecer em silêncio. Eles são irmãos. Já Jeferson está envolvido na ocultação dos cadáveres.

Todos teriam participado diretamente do duplo homicídio e tiveram a prisão temporária de 30 dias decretada pela Justiça do Amazonas. A Polícia Civil do estado também confirmou que investiga a participação de mais pessoas no crime.

A embarcação em que a dupla viajava, que havia sido afundada, foi localizada por bombeiros e militares da Marinha neste domingo. De acordo com a polícia, foram cinco horas de operação para encontrar a lancha, que foi localizada a cerca de 20 metros de profundidade, emborcada com seis sacos de areia para dificultar a flutuação, a uma distância de 30 metros da margem direita do rio.

Além do casco da embarcação, também foram encontrados um motor Yamaha 40 hp, quatro tambores que eram de propriedade do Bruno, sendo

três em terra firme e um submerso. As evidências serão submetidas à perícia nos próximos dias para ajudar a elucidar o crime.

Em Brasília, peritos do Instituto Nacional de Criminalística examinam os restos mortais recolhidos pela PF. Os exames já confirmaram que os corpos são do indigenista e do jornalista. O último laudo da perícia afirma que o repórter e o indigenista foram mortos com tiros de munição típica de caça. A região em que ocorreu o crime é conhecida pela presença de caça e pesca ilegal. Segundo os peritos, Bruno foi baleado três vezes, na cabeça e no tórax, e Dom uma vez, no tórax.

As investigações sobre a motivação do crime seguem em sigilo. Apesar de os agentes já terem afirmado que não há indícios de que tenha havido ordem de um mandante para que Bruno e Dom fossem executados, a pesca ilegal e o tráfico de drogas são braços do crime organizado que atuam na região. Bruno Pereira dedicava a vida a denunciar e ajudar a coibir as práticas, em defesa dos indígenas.

Reestruturação do MPF O procurador-geral da República, Augusto Aras, e integrantes do Ministério Público Federal (MPF) foram à Tabatinga, no Amazonas, ontem, para acompanhar os desdobramentos da investigação sobre o assassinato. Em reunião com representantes do Exército, Polícia Federal, da Fundação Nacional do Índio (Funai) e outras instituições foram discutidas medidas conjuntas de reforço da presença e atuação estatal na região.

"Eu volto a Brasília disposto a mover as instâncias do Estado para a defesa da Amazônia e de seus cidadãos, sejam eles indígenas isolados ou não", disse Aras em **comunicado** aos jornalistas após a reunião.

O assessor jurídico da organização indígena União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), Eliesio Marubo, que participou do encontro, contou que a reunião debateu o fortalecimento das instituições. "Foi dito que o MPF iria avaliar a afirmação da PF sobre a conclusão do inquérito. O procurador também vai avaliar com o governador do Amazonas a possibilidade de impor uma GLO (Garantia da Lei e da Ordem, com o emprego das Forças Armadas) para a região do Vale do Javari", explicou.

Em maio, o procurador assinou uma portaria criando 30 órgãos com temática socioambiental na Amazônia.

Agora, de acordo com a pasta, o objetivo é garantir a implementação da portaria. Lideranças reforçaram a necessidade de o Estado cumprir seu papel de fiscalização e combate ao crime naquela área. De acordo com eles, a vigilância dos territórios tem sido feita pelos próprios indígenas, o que os coloca em risco permanente.

Segundo Aras, a reestruturação da estratégia do MPF deve ampliar o número de ofícios e, como consequência, de procuradores destinados ao trabalho tanto preventivo quanto repressivo.

Atos pelo Brasil Neste fim de semana aconteceram atos em todo o país pedindo por justiça para Bruno e Dom. Em Brasília, um grupo se reuniu na manhã de ontem, na Asa Norte. Os participantes carregavam imagens das vítimas, cartazes cobrando a responsabilização pelo crime e pelo fim do garimpo. Houve também pedido para a saída do presidente da Funai, Marcelo Xavier.

Indígenas e um servidor da Funai discursaram durante o ato na capital, que também contou com a presença de integrantes de movimentos sociais, **servidores públicos** e pequenos produtores rurais. Ao longo desta semana acontecerá ainda uma vigília permanente em frente à sede da Funai em Brasília.

Greve Servidores da Funai que atuam em todo o país preparam um ato nacional de greve, em protesto contra as ações e falas praticadas por seu atual presidente, Marcelo Xavier, e pelas mortes de Pereira e de Phillips. A manifestação está marcada para esta quinta-feira, a partir das 10h, e deve incluir todas as unidades do país. Anteontem, com o mesmo propósito, um ato foi realizado na Avenida Paulista, em São Paulo.

"Nós, servidoras e servidores da Funai, mobilizados nacionalmente e representados por nossas entidades, convocamos a todas/os para estarem conosco no ato nacional de greve", diz, em nota, a Indigenistas Associados (INA), grupo que reúne servidores da fundação.

Representantes da INA cobram a troca no comando do órgão. Delegado da PF, Xavier chegou à presidência da Funai em julho de 2019, apoiado pela bancada ruralista. Ele assumiu no lugar do general Franklimberg Ribeiro de Freitas, que tinha deixado o cargo em junho, após ser alvo de forte pressão da bancada do agronegócio. Franklimberg estava havia menos de cinco meses no cargo quando foi trocado.

Depois de quatro meses no comando, Xavier fez uma demissão generalizada na Funai e trocou 15 coordenações de áreas da autarquia. Alguns

coordenadores ficaram sabendo da exoneração pelo Diário Oficial da União. Naquele mesmo mês de outubro, ele demitiu Pereira, que era coordenador-geral de Índios Isolados.

Petroleiras e especialistas criticam plano do Centrão de taxar exportação de petróleo

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), comanda no início da tarde de hoje uma reunião de líderes na Câmara para discutir propostas para deter a escalada dos preços dos combustíveis, que atrapalham os planos eleitorais do presidente Jair Bolsonaro. É uma reação à decisão da Petrobras de ignorar apelos do governo para segurar os reajustes.

As propostas envolvem principalmente aumentar a tributação sobre lucros e a exportação de petróleo para retaliar a Petrobras pelos aumentos nos combustíveis e financiar subsídios aos combustíveis. No entanto, não é possível impor medidas como esta exclusivamente à Petrobras.

Especialistas do setor de petróleo avaliam que aumentar os **tributos** de petroleiras e sobretaxar exportações pode afastar investimentos do país. Além da estatal, várias outras multinacionais do petróleo produzem no Brasil. O Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), que reúne empresas do setor, divulgou **comunicado** em que repudia controle de preços e sobretaxa a exportações.

Magda Chambriard, ex-diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), diz que taxar o lucro da Petrobras é algo indesejado:

- Alguns países já estão taxando o lucro das empresas, mas não é desejado, pois afasta investidores, assim como taxar as exportações das companhias. Isso será um passo atrás na inserção das pequenas e médias empresas do setor no Brasil, por exemplo. Isso tudo mostra como o governo perdeu o rumo da situação.

David Zylbersztajn, que também foi diretor-geral da ANP, diz que não há lógica em taxar apenas o lucro da Petrobras, já que esse tipo de decisão iria afetar as outras empresas do setor.

- Isso traz insegurança jurídica e não tem lógica. O governo deveria agradecer o lucro alto da empresa - diz o especialista, lembrando que a maior parte dos dividendos da empresa vão para o caixa do governo, que é o sócio majoritário.

O Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), que reúne empresas do setor, divulgou neste domingo um **comunicado** em que afirma que "não apoia o controle

de preços na cadeia de abastecimento ou a criação de gravames à exportação de petróleo.

Diesel e gasolina já mais caros: Postos já preparam aumento dos preços. Alta vai pressionar **inflação**

O IBP afirmou que defende os princípios da liberdade econômica e a livre formação dos preços dos produtos.

O único caminho para a manutenção da segurança do abastecimento é o aumento do número de empresas competindo, e a ampliação da infraestrutura de alto volume", diz o texto.

Destacou ainda a importância do programa de desinvestimentos da Petrobras, medidas como modernização da frota, treinamento de caminhoneiros e calibragem de pneus que possibilitem a redução do consumo de diesel, além de **reforma tributária** ampla e programas sociais focados nos caminhoneiros, motoristas de aplicativos e famílias que recebem o auxílio-gás.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/06/petroleiras-e-especialistas-criticam-plano-do-centrao-de-taxar-exportacao-de-petroleo.ghml>

STJ mantém veto a shows

O ministro Humberto Martins, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), manteve a decisão que cancelou os shows da banda Barões da Pisadinha e do cantor Leonardo no festival junino de Cachoeira Alta, município de 13 mil habitantes no Sudoeste de Goiás. Os artistas não são investigados e nem respondem ao processo.

A prefeitura previa gastar R\$ 1,5 milhão com o "Juninão do Trabalhador" marcado para o feriado. O evento era anunciado como "a maior festa junina do interior goiano". Em sua decisão, o ministro afirmou que há risco de prejuízo aos cofres públicos. "A preocupação com a probidade administrativa exige tal cautela com a aplicação das verbas públicas", escreveu Martins.

A decisão atendeu a um pedido do Ministério Público de Goiás (MP-GO), que entrou com uma ação para barrar os gastos. O promotor de Justiça Lucas Otaviano da Silva alegou que a prefeitura não consegue garantir a prestação de serviços públicos essenciais e, por isso, não deveria usar o dinheiro em caixa para outra finalidade.

"Ainda que se promova a criação de postos de trabalho por alguns dias, não há como crer que a vultosa quantia despendida pelo poder público gere equivalente retorno econômico à toda a população pagadora de **impostos** (incluindo aqueles que não se interessam pelas festividades), mas tão somente a alguns beneficiados - notadamente os artistas contratados, que não residem na cidade", diz um trecho da ação.

"Enorme dívida" Outro argumento do MP é o de que a prefeitura precisou pedir autorização da Câmara Municipal para fazer um empréstimo milionário para comprar uma usina solar e modernizar a rede de energia da cidade. O valor pleiteado era de R\$ 11 milhões, mas os vereadores só deram aval para uma operação de até R\$ 6 milhões. O promotor contestou que, ao mesmo tempo em que contrata uma "enorme dívida", o município pretendesse gastar com festas o equivalente a 25% do empréstimo.

O Tribunal de Justiça de Goiás já havia suspenso os shows, mas a prefeitura entrou com recurso no STJ. A administração municipal alegou que tem condições financeiras suficientes para custear o festival e que os valores cobrados pelos artistas estão dentro da média de mercado.

Associação de petróleo diz ser contra Imposto de Exportação

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

O Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) se posicionou contrário à taxaço do Imposto de Exportação para a produço de petróleo do País vendida ao exterior e medidas de controle de preços.

Em nota, a entidade diz que não apoia medidas que imponham "gravames" à exportação de petróleo e defendeu o alinhamento dos preços do mercado nacional.

O posicionamento do IBP ocorre antes da reunião marcada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas- AL) nesta segunda-feira, para discutir medidas contra a Petrobras. A reunião com o colégio de líderes foi marcada depois que o a Petrobras anunciou aumento da gasolina e do diesel sem atender o apelo feito pelo presidente da Câmara para esperasse a redução de tributos aprovada pelo Congresso na semana passada.

Em retaliação, Lira disse que os parlamentares vão aprovar medida para dobrar a tributação da companhia.

O Imposto de Exportação é uma das alternativas porque é não requer prazo para ser adotado e pode entrar em vigor de forma imediata. Já o aumento da CSLL, como sinalizou Lira, precisa de 90 dias para ser cobrada.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Juro para financiar imóvel sobe 20% em dois anos e pesa no valor final

JENNE ANDRADE | COLABOROU DANIEL ROCHA

Quem financiou um imóvel em meados de 2020 pode ter economizado algumas centenas de milhares de reais em juros.

Naquele ano, a taxa básica de juros da economia, a Selic, estava na mínima histórica de 2% ao ano, o que jogou o custo efetivo total (CET) dos financiamentos imobiliários para uma média de 7% ao ano.

O CET reúne todas as taxas que serão pagas pelo comprador, como juros, despesas administrativas do banco e **tributos**, determinando o valor da parcela. De lá para cá, entretanto, a Selic subiu para os atuais 13,25% ao ano, em uma tentativa do Banco Central de conter o avanço da **inflação** - o maior patamar desde janeiro de 2017.

A mudança elevou os custos dos financiamentos que, agora, cobram em média 9,8% ao ano dos contratantes. Para um imóvel de R\$ 250 mil, o aumento de 2,8 pontos percentuais na CET significa uma diferença de R\$ 68 mil em juros, por exemplo.

Para imóveis de R\$ 500 mil e R\$ 1 milhão, o adicional é de R\$ 137 mil e R\$ 300 mil, respectivamente.

Hoje, na comparação com 2020, o cliente paga cerca de 20% a mais pelo sonho da casa própria. As projeções são de Carlos Castro, planejador financeiro CFP® pela Associação Brasileira de Planejamento Financeiro (Planejar).

Segundo Castro, o custo efetivo total dos financiamentos poderia estar ainda maior. "A CET não subiu mais por um fator de mercado. A taxa só não está maior por conta da concorrência entre bancos, principalmente com a chegada das fintechs, que começaram a praticar juros mais baixos", afirma.

Ele também explica que, por ter mais componentes dentro do custo efetivo total, essa taxa não se movimenta na mesma proporção que a Selic, apesar de ser norteadada por ela. O risco de inadimplência, por exemplo, é um dos fatores que fazem parte da formação do juro do financiamento imobiliário.

"A Selic é a base para a determinação da taxa de juros da economia como um todo e do crédito, em particular.

Logo, os juros do financiamento imobiliário são afetados pela taxa, mas não de forma proporcional ou imediata", diz. Para Castro, o momento atual, de juros nas alturas, é desfavorável para financiar imóveis. O mais indicado é esperar a Selic iniciar uma trajetória mais intensa de queda. Segundo o mais recente Boletim Focus, a expectativa é de que a taxa comece a arrefecer a partir de 2024.

"Com a Selic caindo, o financiamento ficará mais barato.

Além disso, o interessado pode aproveitar esses dois anos para aumentar o valor de reserva", diz Castro. "Se a pessoa não tem urgência na compra, a recomendação é deixar o juro trabalhar a favor da reserva, isto é, aplicar o valor na renda fixa para daqui dois anos ter montante maior de entrada." Um dos fatores a ser levado em consideração ao financiar um imóvel é o índice de correção das parcelas. Hoje, as taxas mais comuns são Taxa Referencial (TR), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M). No final, o valor a ser pago será a soma entre a CET e o índice de correção.

O recomendado, diz Castro, é optar pela TR. A taxa foi criada em meio à hiperinflação dos anos 90 para ser uma referência.

Entretanto, após o controle da **inflação**, se manteve em patamares muito baixos ou nulos.

É uma opção mais vantajosa do que a correção pelo IPCA ou IGP-M, que dispararam respectivamente 4,78% e 7,53%, de janeiro a maio, e 12,66% e 15,26% em 12 meses (maio de 2021 a maio de 2022). "A **inflação** subiu absurdamente.

Quem corrigiu pela **inflação** está sofrendo bastante porque as parcelas tiveram aumento acima de 15% ao ano", diz Castro.

EMPRÉSTIMO. Foi o que ocorreu com Márcio Rocha, profissional autônomo do setor de construção civil. Em meados de 2018, ele comprou um terreno de R\$ 55 mil em Cotia (SP).

Deu entrada de R\$ 6,5 mil, com parcelas de R\$ 620 ao mês, por período de 15 anos. A correção dos valores em contrato, entretanto, era feita pelo IGP-M.

Com o salto do índice nos anos seguintes, o valor das mensalidades explodiu. Em 2018 e 2019, o índice acumulou alta de 7,53% e 7,3% ao ano, respectivamente.

Em 2020, na esteira dos efeitos da crise do coronavírus na economia, a **inflação** medida pelo IGP-M saltou para 23,14% no acumulado do ano.

"O corretor não me falou que tinha correção de IGP-M.

Paguei no primeiro ano 12 vezes de R\$ 620. Em 2019, virou 12 vezes de R\$ 670. Em 2020, passou para R\$ 720 e, depois, R\$ 772", afirma Rocha. "Quando percebi, tentei conversar com o corretor que me vendeu e ele disse que não podia fazer nada, porque estava no contrato e que a culpa era minha por não ter lido. Eu disse que tinha confiado na idoneidade dele e ele me respondeu que eu não deveria confiar em ninguém." O autônomo se viu sem recursos para arcar com as parcelas do terreno e decidiu fazer um empréstimo com juros menores e quitar o valor restante.

"O empréstimo, pelo menos, consigo negociar. Já se eu deixar de pagar o financiamento, perco tudo", diz Rocha.

Opção Se não há urgência em comprar o imóvel, analista sugere investir na renda fixa e esperar a Selic baixar

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

IMPACTO DOS JUROS NA CASA PRÓPRIA

Escalada da Selic torna compra de imóvel mais cara

	VALOR DO IMÓVEL	ENTRADA DE 30%	VALOR FINANCIADO	VALOR A PAGAR COM SELIC A 2% AO ANO E CET DE 7% AO ANO	VALOR A PAGAR COM SELIC A 13,25% AO ANO E CET DE 9,8% AO ANO	DIFERENÇA
CENÁRIO 1	R\$ 250 mil	R\$ 75 mil	R\$ 175 mil	R\$ 354 mil	R\$ 422 mil	R\$ 68 mil
CENÁRIO 2	R\$ 500 mil	R\$ 150 mil	R\$ 350 mil	R\$ 707 mil	R\$ 844 mil	R\$ 137 mil
CENÁRIO 3	R\$ 1 milhão	R\$ 300 mil	R\$ 700 mil	R\$ 1,4 milhão	R\$ 1,7 milhão	R\$ 300 mil

OBS: SIMULAÇÃO CONSIDERA UM PRAZO DE FINANCIAMENTO DE 30 ANOS PELO SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO SAC E CORREÇÃO PELA TR

FONTE: CARLOS CASTRO, PLANEJADOR FINANCEIRO CFP® PELA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO (PLANEJAR) / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Precatórios têm tudo para se tornarem um novo Tesouro Direto

CRIS ALMEIDA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Pressão sobre a Petrobras



Michelle portela

À véspera da reunião de líderes convocada para discutir a política de preços de combustíveis praticada pela Petrobras, o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), voltou a atacar duramente a estatal. "Não queremos confronto, não queremos intervenção. Queremos apenas respeito da Petrobras ao povo brasileiro. Se a Petrobras decidir enfrentar o Brasil, ela que se prepare: o Brasil vai enfrentar a Petrobras. E não é uma ameaça. É um encontro com a verdade", postou Lira, no Twitter.

Reduzir ou interromper a alta do preço dos combustíveis tornou-se um tema fundamental para o presidente Jair Bolsonaro (PL) a pouco mais de três meses do primeiro turno das eleições. Por isso, o chefe do Executivo e aliados não poupam críticas à companhia. No sábado, Bolsonaro afirmou ter acertado com Lira o encaminhamento, na reunião de hoje, da proposta de criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o tema.

Terreno perigoso Para alguns analistas, porém, o governo avança sobre um terreno perigoso, pois a CPI pode se transformar num palco de críticas ao Planalto, como ocorreu com a comissão do Senado que investigou a pandemia de covid-19. Tanto que parlamentares da oposição não são contrários à ideia.

"De CPI eu entendo. Sou o primeiro a propor! Em um breve roteiro já podemos: investigar a Petrobras, que integra o governo, depois investigar os presidentes da Petrobras, que Bolsonaro mesmo nomeou, e vamos chegar à resposta que? a responsabilidade é do próprio governo", disse o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que foi vice-presidente da CPI da Covid no Senado.

O líder do governo na Câmara dos Deputados, Ricardo Barros (PP-PR), no entanto, afirma que a eventual CPI da Petrobras não deverá ter os mesmos rumos da CPI da Covid do Senado. "Esta será na Câmara, e terá outra composição", disse ele ao Correio. Barros ressaltou, porém, que a decisão de formar a CPI não está tomada. "Vamos avaliar. Ainda não ficou decidido", destacou.

Para o líder do PT na Câmara, Reginaldo Lopes (MG), a formação de uma CPI, sem que seja modificada a política de preços da estatal prejudicaria a imagem da empresa, inclusive, no exterior. "Esse governo já acabou. E atacar a Petrobras, num país sério, uma empresa cuja atividade afeta toda a economia brasileira, com impacto direto na inflação e no bolso do trabalhador, na minha opinião, seria um erro. Por isso, só resta proteger o patrimônio brasileiro. O governo não está interessado nisso, só quer entregar para os amigos do setor de petróleo e gás", disse o parlamentar mineiro.

O Colégio de Líderes deve debater ainda outras propostas para segurar o preço dos combustíveis, como a cobrança de Imposto de Exportação sobre as vendas de petróleo ao exterior. Outra ideia é a de elevar a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) da estatal. Os recursos obtidos com as medidas poderiam ser usados para cobrir custos e permitir reajustes mais moderados da gasolina, do óleo diesel e do gás de cozinha.

O governo é o maior acionista da Petrobras, tendo nomeado seis dos 11 conselheiros, além de todos os presidentes da empresa - o atual, José Mauro Ferreira Coelho, empossado há pouco mais de dois meses e já dispensado por Bolsonaro, aguarda os trâmites burocráticos para deixar o posto para Caio Mário Paes de Andrade, também indicado pelo chefe do Executivo. Por isso, o governo sofre críticas por não modificar a política de preços, que segue a paridade com o mercado internacional desde 2016. Além disso, a União é amplamente beneficiada pelos altos lucros que a estatal vem obtendo.

Reações A possibilidade de interferência na Petrobras provocou reações no meio econômico. Em nota divulgada ontem, o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) criticou medidas que visem controlar os preços dos combustíveis por qualquer via. "O IBP defende os princípios da liberdade econômica e a livre formação dos preços dos produtos da cadeia petrolífera como o único caminho possível para a

consolidação de um mercado mais competitivo no Brasil", diz a nota.

"A situação atual é complexa e não tem uma solução rápida. (...) Dessa forma, o IBP não apoia o controle de preços na cadeia de abastecimento ou a criação de gravames para exportação de petróleo", finaliza o documento.

Renda fixa cada vez mais atrativa



rosana hessel

O Banco Central elevou a taxa básica da economia (Selic) pela 11ª vez consecutiva, em meio a um cenário de pressões inflacionárias persistentes, tanto no Brasil quanto no exterior. Na última quarta-feira, o Comitê de Política Monetária (Copom) reajustou a Selic de 12,75% para 13,25% ao ano e, em **comunicado**, informou que um aumento de igual ou menor intensidade será feito na próxima reunião, em agosto. Contudo, não sinalizou quando vai conseguir parar, de fato, o ciclo de alta iniciado em março de 2021 devido, em grande parte, às incertezas e à piora no quadro fiscal.

Com a perspectiva de que a Selic continuará subindo, podendo até ficar entre 14% e 15% ao ano em algumas previsões de analistas, os financiamentos ficam mais caros e o Brasil se mantém no topo dos rankings de empréstimos mais caros do mundo. Já os investimentos em renda fixa estão mais atrativos, especialmente para quem não quer correr riscos em um ano tipicamente turbulento, devido às eleições.

A renda fixa inclui investimentos em certificados de depósito bancário (CDB), letras de crédito imobiliário (LCI), letras de crédito do agronegócio (LCA) e títulos públicos do Tesouro Direto. Vale lembrar que taxas de juros anuais acima de 10% chegam praticamente a dobrar o valor do ativo em um prazo de seis a sete anos. Em um comparativo dos principais investimentos do mercado, feito pela Economatica a pedido do Correio, o CDI - referência para as aplicações de renda fixa, que acompanha a taxa Selic - acumula alta de 4,90% desde janeiro, uma das melhores rentabilidades no ano, junto ao indicador da média de retorno dos títulos do Tesouro Nacional indexados à **inflação**.

Enquanto isso, as criptomoedas e a Bolsa amargam prejuízos. A Bitcoin, por exemplo, acumula perdas de 60%. Já a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) registra queda de 4,76% de janeiro até a última sexta-feira.

Analistas avaliam que a tendência é de migração para a renda fixa, que tem menos risco e retorno cada vez maior neste ano cheio de incertezas econômicas e políticas. "Cada vez que a Selic aumenta, a vantagem dos fundos de renda fixa indexados à Selic sobre a poupança é maior. E, daqui para frente, a poupança perde na maioria das situações, mas, se a Selic chegar a 15% ao ano, a poupança perderá em todas as situações", afirma o economista Miguel Ribeiro de Oliveira, diretor executivo da Associação Nacional dos Executivos de Finanças Administração e Contabilidade (Anefac).

Pelos cálculos de Oliveira, atualmente, com a Selic a 13,25% anuais, a caderneta só é vantajosa frente aos fundos se a taxa de administração ficar abaixo de 2,50% ao ano e se os investimentos tiverem prazo de resgate acima de um ano. É preciso não esquecer do IMPOSTO DE RENDA na comparação. O tributo não incide sobre a poupança e, nas aplicações de renda fixa, a alíquota do IR varia. Ela é maior quando o prazo do resgate é menor, de 22,5% nas aplicações de até seis meses, e cai para 15% nas de mais de dois anos.

"A renda fixa é o porto seguro no momento e pode ser um bom investimento a curto e médio prazos, porque tem menos riscos. Mas, como a tendência é de queda na Selic a partir do ano que vem, é preciso que o investidor também fique atento e não deposite todos os ovos em uma única cesta. Ele pode encontrar boas oportunidades na Bolsa se não estiver preocupado com ganhos a curto prazo", orienta o economista Ricardo Rocha, professor do Insper. Ele reconhece que, como a maioria dos bancos centrais está aumentando juros, a expectativa é de que a queda nas bolsas seja prolongada, pois há uma correção na maioria dos preços dos ativos, que ficaram supervalorizados durante a pandemia e com o cenário de juros negativos nas economias desenvolvidas.

"As bolsas estão em queda aqui e lá fora, mas é possível encontrar ações baratas de empresas rentáveis, que podem trazer em ganhos para o investidor a médio e longo prazos. Mas, para isso, quem não tem a habilidade para ficar olhando diariamente o mercado de ações precisa de ajuda de especialistas para procurar essas oportunidades",

orienta Rocha.

O professor do Insper recomenda ao investidor não comprometer a maior parte das aplicações na Bolsa, por conta do risco elevado, especialmente agora. Ele ainda sugere fugir das redes sociais e evitar conselhos dos chamados "influencers" digitais. "É importante buscar sempre analistas financeiros credenciados. Eles sabem do que estão falando", frisa.

Como a Selic ainda deverá continuar subindo neste ano por conta das pressões inflacionárias, a renda fixa continuará atrativa até o ano que vem, lembram especialistas. Por isso, aproveitar o momento e contratar uma taxa acima de 14% ao ano nas aplicações, diante da perspectiva de a Selic voltar para 10% no fim de 2023, será certamente um bom negócio. "Já existem fundos e CDBs pagando 16% a 17% ao ano e, independentemente do resultado das eleições, no ano que vem, a **inflação** vai cair e os juros também. Quem contratar as taxas atuais, vai ter um ganho significativo nos próximos anos", afirma Rocha.

Migração

Dados do banco Santander Brasil aos quais o Correio teve acesso, revelam que a migração para a renda fixa está a pleno vapor com as constantes altas da taxa básica da economia (Selic). No Distrito Federal, os investidores estão seguindo a tendência verificada em todo o país, e fatia da renda fixa supera a média nacional. De julho de 2021 a março deste ano, a parcela investida nesta modalidade por moradores do DF passou de 38,63% para 40,61%. Na média nacional, a renda fixa representa 39% da carteira de investimentos, segundo o estudo. O levantamento levou em conta os investidores do banco espanhol em todo o país, sem considerar a caderneta de poupança. Arley Júnior, estrategista de Investimentos do Santander Brasil, lembra que, além dos fundos de renda fixa, o investidor também pode diversificar as aplicações buscando fundos multimercados, que combinam rendas fixa e variável.

Inflação pressiona

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a **inflação** oficial, acumulou alta de 11,73% nos 12 meses encerrados em maio e está bastante disseminada na economia, com taxa de difusão de 72%. E, pelas estimativas de analistas, o custo de vida atingiu o pico do ano em abril, de 12,13%, mas, mesmo com a expectativa de algum impacto no IPCA da redução de **tributos** com o teto de 17% para o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis,

não está descartada a possibilidade de o indicador fechar o ano em torno de 10% por conta, principalmente, dos choques cambiais e no barril do petróleo - que poderá chegar a US\$ 150 ou até a US\$ 170 se a guerra na Ucrânia avançar pelo segundo semestre do ano, segundo algumas estimativas.

Vale lembrar que o teto da meta de **inflação** passará de 5% neste ano 4,75% em 2023, e, portanto o BC precisará continuar elevando a Selic para tentar trazer o IPCA de volta para a meta. Especialistas lembram que a **inflação** ainda está muito disseminada na economia e deverá ficar acima da meta até 2023, especialmente porque a volta dos **impostos** que serão reduzidos neste ano ajudarão a colocar mais pressão nos preços.

Meta "Mesmo com a Selic em 14%, o Banco Central não conseguirá trazer a **inflação** para baixo do teto da meta neste ano e no próximo. Os indicadores mostram que, mesmo com a mudança dos **impostos** sobre combustíveis, adiando a cobrança para o ano que vem, o IPCA deverá ficar em torno de 6% em 2023", alerta Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust Gestora de Recursos. Segundo ele, "a chance de isso ocorrer é alta", porque o dólar deverá continuar subindo em meio às turbulências internas e externas, e, com o cenário apontando novas altas no dólar e no barril do petróleo, a Petrobras continuará reajustando os combustíveis, a fim de reduzir a defasagem dos preços cobrados no mercado interno e, certamente, isso vai pressionar a **inflação**.

Com isso, o cenário de corte da Selic deverá ocorrer somente a partir do segundo trimestre de 2023, de acordo com analistas. "A **inflação** está muito disseminada na cesta como um todo e não são apenas os combustíveis que registram alta de preços. Por isso, estamos falando de **inflação** acima do teto da meta até o próximo ano. O Banco Central só vai conseguir trazer o IPCA para a meta em 2024", afirma Arley Júnior, estrategista de Investimentos do Santander Brasil. (RH)

Fugindo do risco

Após o Banco Central elevar a taxa básica da economia (Selic) para 13,25% ao ano, aplicações na renda fixa ficam ainda mais atrativas para o investidor. Veja o comparativo de alguns investimentos selecionados

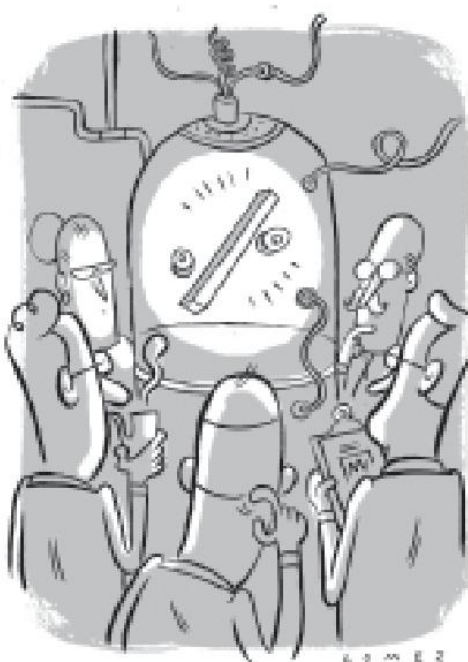
Aplicação	Taxa acumulada em 2022 (Em %)	Data da última cotação
IMA-B ⁹ total	5,15	15/6
CDI ¹⁰⁰	4,90	15/6
Poupança	3,58	30/6
Ind. Fundos Imobiliários	-0,01	15/6
Ibovespa	-4,76	17/6
Dólar Ptax Venda	-8,40	15/6
Ouro	-10,61	15/6
Euro	-15,98	15/6
BDRx ¹⁰¹	-29,92	15/6
Bitcoin	-60,00	16/6

Obs.:

⁹ IMA-B é o indicador da Anbima que acompanha o desempenho de uma categoria de índices seguindo a carteira de títulos públicos atrelados ao IPCA (NTN-B ou Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais)

¹⁰⁰ Certificado de Depósito Interbancário (CDI) é o principal termômetro para os investimentos em renda fixa, que tem taxa próxima à da Selic

¹⁰¹ BDRx — Índice que mede o desempenho médio das cotações de uma carteira de Brazilian Depositary Receipt (BDR) não patrocinados, autorizados à negociação na B3



Números

11,73%

taxa de inflação oficial, medida pelo IPCA, no acumulado em 12 meses até maio

6,17%

mais TR (Taxa Referencial) — rendimento anual da poupança para depósitos anteriores a maio de 2012 e para as aplicações posteriores a essa data quando a Selic fica acima de 8,5% ao ano

2,5%

taxa de administração proibitiva para fundos de investimentos, porque perdem para a poupança nas aplicações com prazos de resgate acima de seis meses

Fique de olho no Imposto de Renda

Quando for escolher uma aplicação em renda fixa, como fundos, títulos do Tesouro ou CDBs, preste atenção ao prazo e às alíquotas do IR, que podem corroer todo o ganho no período (Em %)

Prazo das aplicações	Alíquota do IR
Até 6 meses	22,50
Entre 6 meses e 12 meses	20,00
Entre 12 meses e 24 meses	17,50
Acima de 24 meses	alíquota de IR de 15,00

Fontes: Economática, Infomoney e Anbima

Câmara discute política de preços da Petrobras

Brasília - O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), pretende reunir hoje os líderes partidários para analisar a proposta de dobrar a taxa de lucro da Petrobras e mudanças na política de preços praticada pela estatal. E, se depender do presidente Jair Bolsonaro (PL), debater também a abertura de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar a empresa. A ofensiva ocorre após o último reajuste nos preços dos combustíveis para refinarias, que começou a valer sábado, e já está chegando aos motoristas nos postos. A gasolina subiu 5,18% e o diesel, 14,26%. O reajuste provocou avalanche de duras críticas de Bolsonaro e Lira. Ontem, Lira fez novas críticas à empresa. "Não queremos confronto, não queremos intervenção. Queremos apenas respeito da Petrobras ao povo brasileiro. Se a Petrobras decidir enfrentar o Brasil ela que se prepare: o Brasil vai enfrentar a Petrobras. E não é uma ameaça. É um encontro com a verdade", afirmou ele pelo Twitter.

Na sexta-feira, Lira já havia criticado. Ele defendeu a renúncia do presidente da Petrobras, José Mauro Ferreira Coelho. "Estamos perplexos. Claramente esse anúncio é uma retaliação pela sua demissão. Está fazendo mal ao Brasil e à economia brasileira", afirmou ele logo após o anúncio do aumento de preços. Bolsonaro demitiu Coelho no fim de maio, mas a substituição depende de nova assembleia de acionistas da empresa.

A irritação de Bolsonaro e Lira se explica porque a Câmara havia acabado de aprovar na semana passada o Projeto de Lei Complementar 18/22, que limita a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis a 17% nos estados. O deputado criticou a "falta de sensibilidade" do conselho diretor da Petrobras pelo anúncio do aumento em meio a essa discussão. "Isso faz com que tenhamos que tomar medidas mais duras contra a Petrobras", afirmou.

Na reunião de hoje, Lira vai reunir o colégio de líderes para discutir como dobrar a taxa de lucro da empresa (CSLL) e alternativas à política de preços da Petrobras, hoje indexada ao dólar. "A Petrobras não dá um sinal a diminuir seu lucro de 30%, está trabalhando para pagar dividendos a fundos de pensão internacionais. Não custava nada esperar resultados do que estamos fazendo para diminuir a

inflação para os mais vulneráveis antes de anunciar novos aumentos", afirmou ainda o presidente da Câmara. Com a nova taxa de lucro, Lira espera reverter recursos para população e criar, por exemplo, "voucher combustível para caminhoneiro e taxistas". A Câmara dos Deputados analisa 26 projetos que podem mudar as regras de composição de preços de combustíveis praticados pela Petrobras. Entenda como funciona a política de preços da empresa.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também criticou o último aumento de preços e defendeu a divisão dos lucros da Petrobras com a população. Segundo ele, o ideal seria criar um fundo formado com parte do lucro da estatal para segurar os preços dos combustíveis, que também vêm sendo buscado pelos estados. "Se a situação dos preços dos combustíveis está saindo do controle, o governo deve aceitar dividir os enormes lucros da Petrobras com a população, por meio de uma conta de estabilização de preços em momentos de crise", disse ele na sexta-feira.

"TRAÍÇÃO" lá Bolsonaro, que esteve no Norte e Nordeste nos últimos dias, foi mais contundente ainda nas críticas à Petrobras. "É uma traição para com o povo brasileiro. O presidente da Petrobras, o diretor e seu conselho traíram o povo brasileiro. O lucro da Petrobras é uma coisa que ninguém consegue entender. algo estúpido. Ela lucra seis vezes mais que a média das petrolíferas de todo mundo", afirmou durante sua passagem por Natal. "A Petrobras, só no primeiro trimestre deste ano, lucrou R\$ 44 bilhões. Você tem como reduzir essa margem de lucro porque está previsto na Lei de Estatais que ela tem que ter um fim social. Ela não se preocupa com o social se preocupa apenas com o lucro", reclamou.

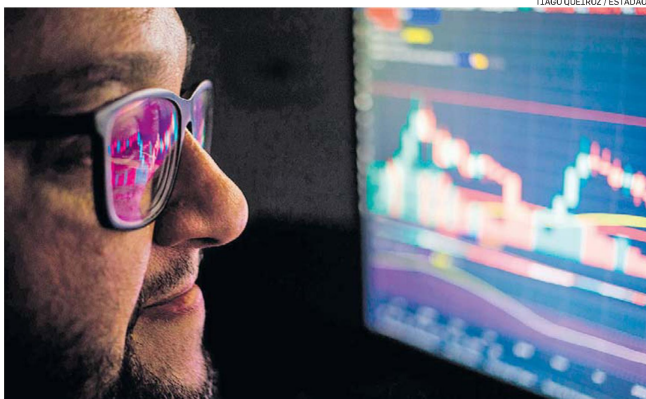
O chefe do Executivo foi além ao defender a criação de uma CPI da Petrobras. "Eu conversei com Arthur Lira. A ideia nossa é propor uma CPI para investigarmos o presidente da Petrobras, os seus diretores e também o conselho administrativo e fiscal. Nós queremos saber se tem algo errado nessa conduta deles, porque é inconcebível conceder reajuste com o combustível lá em cima e com os lucros exorbitantes que a Petrobras está dando", afirmou, lá pelas redes sociais, ele declarou: "A Petrobras pode mergulhar o Brasil num caos. Seu presidente, diretores e conselheiros bem sabem do

que aconteceu com a greve dos caminhoneiros em 2018, e as consequências nefastas para a economia do Brasil e a vida do nosso povo".

José Mauro Coelho foi demitido por Bolsonaro, mas segue no comando da Petrobras, porque ainda não foi feita nova assembleia de acionistas

Não queremos confronto, não queremos intervenção. Queremos apenas respeito da Petrobras ao povo brasileiro. Se a Petrobras decidir enfrentar o Brasil, ela que se prepare: o Brasil vai enfrentar a Petrobras. E não é uma ameaça. É um encontro com a verdade" Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara dos Deputados

Tombo das criptomoedas é alerta para os investidores brasileiros



Renato Siqueira viu os investimentos em criptomoedas caírem, mas acredita em uma recuperação

ANDRÉ MARINHO LUCAS AGRELA

Quem apostou no mercado de criptomoedas nos últimos anos sabe que terá de esperar para recuperar as perdas dos últimos meses. Renato Siqueira, 43 anos, profissional de comunicação, passou a investir nesse tipo de aplicação durante a pandemia de covid-19.

Com o dinheiro que gastaria em viagens, resolveu comprar ativos mais arriscados e com potencial de retorno mais alto do que a renda fixa.

Siqueira fez pequenos aportes ao longo de pouco mais de um ano até atingir o total de R\$ 23 mil investidos em nas criptomoedas bitcoin e ethereum e outros criptoativos menos populares.

Percebendo uma tendência de queda ainda no fim do ano passado, ele decidiu sacar R\$ 3 mil para viajar e pagar contas, deixando o restante investido.

Após uma expressiva queda do mercado de criptomoedas, o valor investido por Siqueira é atualmente de pouco mais de R\$ 10 mil. Observando o movimento, decidiu então converter grande parte das suas criptomoedas para ativos vinculados ao dólar americano para reinvestir quando o mercado chegar ao fundo do poço e buscar uma recuperação.

"Não sinto que perdi o dinheiro.

Pelo menos não agora.

Estou esperando o melhor momento para reinvestir. Meu pensamento sobre criptomoeda é que quanto

mais cair, melhor, porque eu posso esperar a valorização. Vejo como uma oportunidade de ganhar mais dinheiro do que no Tesouro Direto, mas não tenho todo meu patrimônio em criptomoedas", diz. "Acredito que o mercado de criptomoedas pode subir e que eu tenha um dinheiro a mais no futuro." JUROS MAIS ELEVADOS. O catalisador do choque atual das criptomoedas foi a divulgação recente do índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) dos Estados Unidos, que saltou 8,6% na comparação anual de maio e subiu ao maior patamar desde dezembro de 1981.

A alta dos preços nos Estados Unidos sepultou as esperanças dos investidores de que a escalada inflacionária no país pudesse ter atingido o pico e renovou os riscos de estagflação - período de crescimento econômico lento combinado com inflação em alta.

Ainda mais importante para investidores, o quadro de inflação alta provocou um rearranjo nas expectativas para os planos do Federal Reserve (Fed, o banco central americano). A autoridade monetária se viu forçada a abandonar o compromisso em subir juros em meio ponto porcentual a cada reunião de política monetária e promoveu na semana passada uma elevação de 0,75 ponto, o maior aumento em uma reunião de política monetária desde 1994.

Com isso, o mercado financeiro já estima que a taxa básica de juros dos Estados Unidos atinja um pico acima de 4% ao ano em 2023, mais que o dobro da faixa atual entre 1,50% a 1,75%.

CAUTELA PARA O INVESTIDOR.

Em um ambiente como esse, entrar em um mercado tão arriscado quanto o das criptomoedas exige ainda mais conhecimento e cuidado, segundo Luiz Pedro Andrade, analista de criptoativos da casa de análises Nord Research, que recomenda o investimento de olho no longo prazo.

Andrade acredita que as criptomoedas podem dar retorno aos investidores dentro de até quatro anos. Porém, é preciso cuidado na hora de investir, limitando o investimento em criptomoedas a um porcentual baixo da carteira. "Estamos em um bear market (mercado em crise) diferente dos anteriores no

mercado de criptomoedas por causa do aumento de juros das economias mais fortes", diz ele. "Fora isso, com o ciclo de alta extenso de dois anos no mercado, as pessoas têm mais capital alocado que pode ser vendido." O analista recomenda investir em criptomoedas mais conhecidas, como o bitcoin, e a alocação de uma parcela bem pequena da carteira nesses ativos: "Não vale ter mais de 5% da carteira em criptomoedas, e os iniciantes devem ter só 2%", diz Andrade.

Fique de olho

Mais risco A alta de juros nos países ricos prejudica investimentos de maior risco, como ações e criptomoedas

Cautela Para investidores que já têm criptomoedas, analistas recomendam esperar um momento melhor para vender

Diversificação Já os investidores que têm interesse em entrar nesse mercado devem alocar de 2% a 5% dos seus investimentos em criptoativos

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercado eleva projeção da Selic para 13,75%

CÍCERO COTRIM GUILHERME BIANCHINI

A indicação do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, na semana passada de que deve aumentar a taxa Selic em até 0,5 ponto percentual na próxima reunião em agosto fez os economistas do mercado financeiro revisarem as projeções para a taxa de juros básica neste ano.

A maioria dos bancos e instituições consultadas em pesquisa do Projeções Broadcast agora prevê que o Banco Central deve subir os juros para 13,75% ao ano no final do ciclo de aperto monetário. Há uma semana, antes da reunião do Copom, a estimativa era de 13,25%.

De 38 instituições consultadas, 28 (74%) esperam um aumento de 0,5 ponto percentual dos juros na próxima reunião do Copom, em agosto, a 13,75%. Outras nove (24%) estimam alta de 0,25 ponto. Uma casa prevê a manutenção da taxa Selic em 13,25%.

Para 30 de 37 instituições (81%), o BC deve interromper a alta de juros em agosto. Outras sete (19%) esperam que o BC continue elevando a taxa Selic em setembro. Para o fim do ano, a maioria dos bancos projeta a Selic em 10%, ante 9,63% na pesquisa anterior.

META AINDA DISTANTE. Apesar do maior aperto nos juros, economistas ouvidos pela reportagem acreditam que o BC não deseja estender o ciclo de aumento para além da próxima reunião e está disposto a tolerar uma inflação acima do centro da meta (3,25%) no ano que vem. Isso porque o comitê alterou a comunicação e disse considerar a estratégia compatível com uma convergência da inflação "para o redor da meta", em vez de "para a meta", como no comunicado anterior.

"O BC está basicamente dizendo que está olhando a convergência nos próximos dois anos", diz o diretor de pesquisa do Goldman Sachs para América Latina, Alberto Ramos.

Para o economista-chefe do Banco Original, Marco Caruso, o comunicado marca que a intenção do BC é a de não subir a taxa Selic para além de 13,75%.

"O Copom deu a dica de que está olhando um horizonte mais longo e, de alguma forma, deixou o

espaço aberto para dizer que não vai levar a ferro e fogo o centro da meta do ano que vem", diz Caruso.

Leonardo Costa, economista da ASA Investments, acredita que o BC está se deparando com a realidade de que a inflação de 2023 vai ficar distante do centro da meta. "A menos que haja uma piora adicional, o desejo do BC continua sendo de encerrar o ciclo em agosto."

Estimativas

13,75% é o nível esperado pelo mercado para a Selic no final do ciclo de aperto dos juros pelo Banco Central; há uma semana, a previsão era de 13,25%

81% dos bancos preveem que o BC deve encerrar as altas nos juros em agosto

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Após 7 altas, poupança das famílias cai no 1º tri

Lucianne Carneiro Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187248?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187248?page=1§ion=1

Bolsonaro amplia gasto com cartão corporativo às vésperas da eleição



O presidente Jair Bolsonaro durante viagem a Jardim de Piranhas, no RN. Alan Santos - 9.fev.22/Divulgação Presidência

Thiago Resende e Lucas Marchesini Brasília

Os gastos com cartão corporativo do presidente Jair Bolsonaro (PL) aumentaram em 2022, às vésperas da campanha eleitoral. Desde o primeiro ano de mandato, essas faturas têm ficado cada vez mais altas e atingiram recentemente o patamar de R\$ 1,2 milhão por mês.

Nem mesmo em 2020, quando o cartão foi usado para bancar o resgate de brasileiros em Wuhan (China) no início da pandemia, o gasto foi tão alto. O Palácio do Planalto havia argumentado, na época, que as despesas do presidente estavam elevadas por causa da operação internacional.

A fatura média do cartão subiu de R\$ 736,6 mil por mês no primeiro ano de governo para R\$ 862,1 mil em 2020. Mesmo desconsiderando os custos do resgate, a despesa média fica em R\$ 791,1 mil no ano em que a pandemia estourou.

Em 2021, o extrato do cartão do presidente ficou ainda mais caro -R\$ 1,1 milhão por mês. Agora, de janeiro a maio de 2022, essa média subiu para R\$ 1,2 milhão num período em que Bolsonaro intensificou a agenda pelo país em clima de pré-campanha à reeleição.

Esse aumento de despesas no início do ano colocou o chefe do Executivo em patamar recorde de despesas na comparação com os antecessores.

A ex-presidente Dilma Rousseff (PT) gastou R\$ 960 mil por mês na pré-campanha de 2014; e Michel **Temer**(MDB), R\$560 mil em 2018-quando chegou a ser pré-candidato. Os dados não são comparáveis com as gestões do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), já que houve mudança de regras sobre o uso do

cartão.

A expansão das despesas sob Bolsonaro, contudo, não ocorreu apenas na comparação com o período pré-eleitoral. Na média de todo o mandato, o presidente também usou mais o cartão corporativo do que os antecessores.

Mesmo desconsiderando os custos com o resgate em Wuhan (que chegaram a R\$ 847 mil), Bolsonaro registrou, em média, um gasto de R\$ 875 mil por mês desde o início do mandato. Dilma teve uma média de R\$ 787 mil por mês e **Temer**, R\$ 491 mil.

Os dados são do Portal da Transparência do governo federal, que reúne informações de 2013 a maio de 2022 (fatura mais recente). Os valores foram corrigidos pela inflação.

Antes de assumir o governo, a equipe de Bolsonaro chegou a avaliar o fim desses cartões, que desencadearam um escândalo político com auxiliares do ex-presidente Lula, adversário de Bolsonaro na eleição deste ano. Os cartões corporativos, porém, ainda continuam funcionando.

O meio de pagamento foi criado em 2001, no governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Eles são distribuídos a pessoas que ocupam postos-chave da gestão pública e cobrem despesas de urgência para a compra de produtos e serviços ou para a cobertura de gastos de viagens.

Na gestão Bolsonaro, as despesas vinculadas ao gabinete do presidente e a funcionários do Palácio do Planalto aceleraram a partir do segundo semestre de 2021, quando passaram a superar a marca de R\$ 1 milhão por mês.

Os dados foram levantados com base nas faturas do CPGF (Cartão de Pagamento do Governo Federal) da Secretaria de Administração da Presidência da República, que cuida das despesas de Bolsonaro, da sua família e de funcionários próximos -por exemplo, da Casa Civil.

Os cartões corporativos do Palácio do Planalto são usados, entre outras despesas, para a compra de materiais, prestação de serviços e abastecimento de veículos oficiais. Também financiam a operação de

segurança do presidente em viagens, além da manutenção e realização de eventos na residência oficial, o Palácio da Alvorada.

De olho na eleição, Bolsonaro intensificou a agenda de viagens em 2022. Até meados de maio, foram 41 dias fora de Brasília. No mesmo período de 2021, foram apenas 18 dias.

Os valores totais das despesas do cartão da Presidência são divulgados no Portal da Transparência, mas há sigilo sobre a maioria dos gastos, como alimentação e transporte do presidente.

O argumento é que são informações sensíveis da rotina presidencial e que a exposição pode colocar o chefe do Executivo em risco.

Procurado pela Folha, o Palácio do Planalto não quis se manifestar sobre o forte aumento nas despesas do cartão do presidente. A alta nesses gastos é investigada pelo TCU (Tribunal de Contas da União).

No primeiro ano de governo, Bolsonaro prometeu mostrar aos veículos de imprensa o extrato de seu cartão corporativo pessoal, mas até hoje não o fez. "Eu vou abrir o sigilo do meu cartão. Para vocês tomarem conhecimento quanto gastei de janeiro até o final de julho. Ok, imprensa?", afirmou na época.

Em 2019, o STF derrubou trechos de um decreto de 1967 para dar transparência a gastos do Palácio do Planalto, inclusive com cartões corporativos. No entanto, a "caixa-preta" não foi aberta.

Para a Artigo9, ONG internacional que defende o direito à liberdade de expressão e acesso à informação, a falta de exposição dessa despesa abre margem para corrupção.

"O gasto com cartão corporativo é um gasto público como qualquer outro, de acordo com a Lei de Acesso à Informação e outras leis que regem o princípio da transparência. Essas informações deveriam ser públicas; não só a fatura, mas também o destino do dinheiro", disse Júlia Rocha, coordenadora de acesso à informação e transparência da Artigo 19.

Dilma, Temer e Bolsonaro tiveram as mesmas regras para uso dos cartões. A mudança de critérios ocorreu em 2008, ano em que a Folha mostrou um escândalo na utilização dos cartões corporativos durante a gestão de Lula.

Eles foram usados em 2007 para pagar despesas em lojas de instrumentos musicais, veterinária, óticas, choperias, joalherias e free shop. Na época, Lula adotou restrições, como limitação de saques, diante de

compras abusivas realizadas com esse recurso.

A Vice -Presidência tem cartões próprios, cujos custos são separados. Segundo o governo, as faturas da Secretaria de Administração da Presidência só incluem os gastos do vice quando ele assume o posto de titular. Isso ocorre, por exemplo, quando Bolsonaro está em viagem internacional.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49948>

Gastos do cartão corporativo de Bolsonaro dispararam em 2022

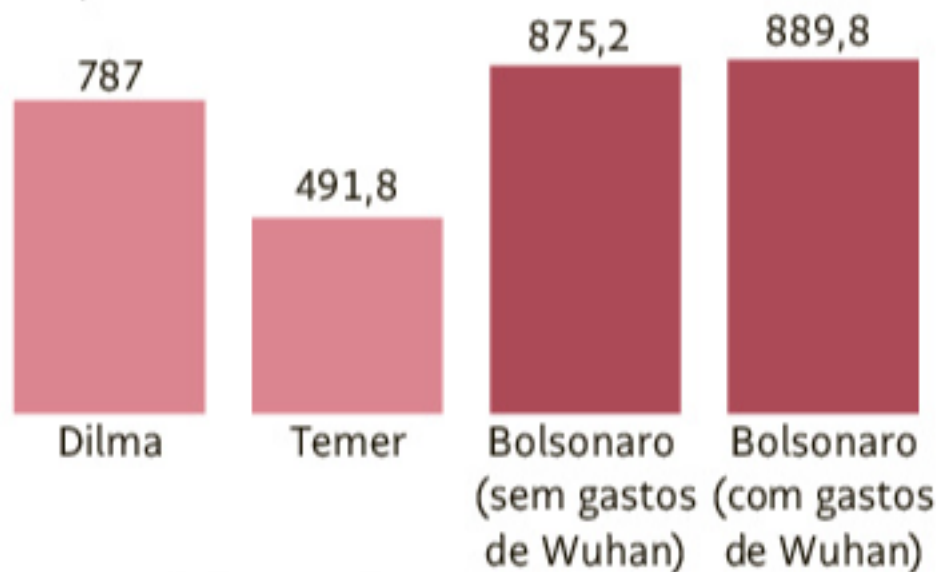
Média de despesas fica acima de Dilma e Temer

Despesas até maio em ano eleitoral, em R\$ milhões



Média da fatura mensal do cartão por mandato

Em R\$ mil



Fonte: Portal da Transparência

Bolsonaro acumula contradições em três anos e meio de governo; veja a lista

Por Daniel Gullino - Brasília

O Jair Bolsonaro que concorrerá à reeleição é bem diferente daquele que disputou o pleito em 2018: durante os três anos e meio de governo, o presidente adotou medidas contrárias ao que prometeu durante a campanha eleitoral. Práticas antes criticadas, como o aumento no número de ministérios e a entrega de cargos em troca de apoio político, passaram a ser abertamente defendidas.

Há duas semanas, por exemplo, ele anunciou que pode recriar até três ministérios caso seja reeleito - ficando cada vez mais distante da promessa feita há quatro anos de reduzir o número de pastas para 15.

Em 2018, o programa de governo afirmava que "o país funcionará melhor com menos ministérios". Na época, Bolsonaro também disse que seu governo teria "no máximo 15 ministros". Entretanto, ele começou o governo com 22 pastas e recriou outra em 2020. Na declaração mais recente, disse que a possível nova expansão terá o efeito de "administrar melhor o país". No governo Michel **Temer**, eram 29 pastas.

O programa de governo também dizia que o número elevado de estruturas no primeiro escalão era reflexo da "forma perniciosa e corrupta de se fazer política nas últimas décadas, caracterizada pelo loteamento do Estado, o popular 'toma lá, dá cá'".

Bolsonaro, contudo, também abandonou suas críticas ao "toma lá, dá cá" e passou a receber indicações de políticos do Centrão em troca de uma base de apoio no Congresso.

Em 2018, o discurso era outro: ele disse que iria por "fim nas indicações políticas do governo em troca de apoio". Na campanha eleitoral, o candidato também chegou a se referir ao Centrão como "alta nata de tudo que não presta".

Na campanha, Bolsonaro também disse que pretendia conversar com o Congresso para a realização de uma **reforma política**, que envolvesse tanto o fim da reeleição quanto a diminuição do número de parlamentares. No governo, jogou toda a responsabilidade para os congressistas e não tratou mais do assunto. Além disso, deixou claro desde o primeiro ano de governo que pretendia concorrer a

outro mandato.

Depois de eleito, Bolsonaro mudou o discurso sobre outro tema do qual sempre foi crítico: os gastos com cartão corporativo da Presidência. Em 2008, ainda como deputado, Bolsonaro cobrou o governo de Luiz Inácio Lula da Silva por se opor a investigações sobre os cartões.

No início do seu governo, chegou até mesmo prometer que iria "abrir o sigilo" de suas despesas. Desde então, contudo, o governo tem mantido em segredo o conteúdo dos gastos, alegando questões de segurança.

Para o cientista político Adriano Oliveira, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), alguns gestos de Bolsonaro, como a declaração sobre a recriação de ministérios, funcionam como aceno à classe política, que poderia ter um maior espaço em um segundo governo. Ele também aponta que o presidente pode perder alguns eleitores, que votaram nele em 2018 devido ao discurso liberal, mas ressalta que há uma base fiel que manterá o apoio a todo custo.

- São as pesquisas eleitorais que vão ditar o discurso do presidente da República. Há o eleitor fiel, radical, que segue o presidente independentemente do que ele diga. E existe o bolsonarismo estratégico, que é aquele eleitor que vota em Bolsonaro, que pode até concordar com seu jeito de ser, mas acima de tudo é porque enxerga o presidente como único capaz de derrotar o PT.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2022/06/bolsonaro-acumula-contradicoes-em-tres-anos-e-meio-de-governo-veja-a-lista.ghtml>